

CONTROLE SOCIAL: CONHECIMENTO E PERCEPÇÕES DO CORPO DOCENTE

Karen Fernanda da Silva¹

Luiz Carlos dos Santos²

RESUMO

Este estudo analisa o conhecimento do corpo docente em escolas públicas de Várzea Grande – MT, sobre a temática do controle social. As escolas contempladas com a pesquisa foram; E.E. Governador José Garcia Neto, E.E. Jaime Veríssimo de Campos Júnior, E.M.E.B. Ary Leite de Campos, E.M.E.B. Irenice Godoy de Campos e Silva. O objetivo foi descobrir o interesse dos docentes nas discussões ligadas ao governo, gestão pública, políticas e cidadania, e como esse entendimento pode ser disseminado, uma vez que os professores tem o papel responsável de contribuir com a formação cidadã dos discentes. Se trata de uma pesquisa-ação devido a proposição de uma intervenção na realidade local, com abordagem qualitativa, apresentando caráter de pesquisa exploratória e explicativa. Foi utilizado pesquisa bibliográfica para base teórica e pesquisa de campo (etnográfica) a fim de investigar o *locus* delimitado na pesquisa. Para finalidade de coleta de dados foi utilizado o um questionário, que foi aplicado aos docentes para obtenção de dados para fundamentação desse trabalho. Apesar do assunto ainda ser relativamente novo na prática, o resultado aponta para um índice positivo em relação ao conhecimento, os docentes pesquisados demonstram possuir entendimento da relevância do assunto para o meio social, porém não se revelam tão atuantes em relação ao conhecimento adquirido.

Palavras-chaves: Controle Social. Conhecimento Docente. Formação Cidadã.

INTRODUÇÃO

A luta pela democracia vem sendo pleiteada desde muitas épocas remotas, que foram marcadas na história através de lutas, revoluções e conflitos. Hoje, essa sensação de vitória está mais visível através da conquista de muitos direitos e garantias sociais previstas na Lei maior – Constituição Federal de 1988. Todas essas mudanças oportunizaram transformações e conquistas para toda a sociedade. O instrumento que garantiu essa inserção de cidadãos na esfera pública, chama-se: controle social. “Essa atuação da sociedade – o “controle social” – trata da disponibilização de condições para que os cidadãos possam (1) avaliar os serviços de atendimento que lhes são oferecidos e (2) cobrar do Estado a melhoria desses serviços.”

¹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade de Cuiabá (Unic) – 2014. Graduanda em Tecnologia em Gestão Pública pelo IFMT – *campus* Várzea Grande. E-mail: karen.nandasilva@gmail.com

² Graduado em Administração pela Faculdade Católica Rainha da Paz -2005. Mestre em Administração Profissional pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais - 2012. Professor em Administração do IFMT – *campus* Várzea Grande. E-mail: luiz.santos@vgd.ifmt.edu.br

(MEDEIROS E PEREIRA, 2003, p. 63).

Este trabalho teve início com a discussão do controle social na administração pública gerencial, de modo a conhecer o aparato do Estado e como tem que ser o funcionamento na prática da administração pública gerencial. Por se tratar de uma temática tão abrangente, foi definido então o objeto de estudo a ser investigado; os docentes. O presente trabalho elencou sete escolas no município de Várzea Grande – MT em torno do IFMT – Campus Várzea Grande para realizar um estudo multicaso. Sendo elas: EMEB Benedita Bernardino Curvo, Governador José Garcia Neto, E.M.E.B. Ednilson Francisco Kolling, E.M.E.B. Jaime Veríssimo de Campos Júnior – Jaiminho, Escola Ary Leite de Campos, EMEB Prof.^a Irenice Godoy de Campos e Silva e E.E. Prof.^a Marlene Marques de Barros. Com o objetivo de analisar o público alvo, “docentes” e suas percepções sobre o assunto do controle social.

A escolha do objeto de pesquisa se justifica devido a relação da escola com o exercício da cidadania. Considerando a escola, juntamente com a família, os principais elementos na formação humana, por consequência na formação da cidadania, os docentes são essenciais nessa construção, por disseminar o conhecimento e fomentar as práticas sociais no ambiente escolar.

Foram realizadas visitas prévias *in loco* para apresentação da proposta de pesquisa à gestão escolar (diretores e coordenadores). Posterior a isso, foi aplicado um questionário de pesquisa a fim de obter informações preliminares sobre a temática e então foi desenvolvida uma intervenção de trabalho nessas escolas. O propósito da pesquisa-ação é uma intervenção na realidade do objeto estudado, de modo a propor melhorias e a conscientização. Segundo Donald Cooper e Pamela Schindler (2016, p.168) “por isso que o cenário é estudado; uma ação corretiva é determinada, planejada e implementada; os resultados da ação são observados e registrados; e a ação é avaliada como eficiente ou não.”

No decorrer deste trabalho será ampliado a discussão em tópicos. A estruturação se compreende da seguinte forma; no primeiro tópico será abordado sobre o controle social, seu conceito e qual a relevância da sua aplicabilidade para o fortalecimento das práticas sociais. No segundo tópico será discutida o papel do docente na transformação do meio social. No terceiro tópico será brevemente abordado sobre a resistências as mudanças, que representa uma realidade que aflige os ambientes de trabalho. No quarto tópico será apresentada a metodologia e instrumentos utilizados para nortear essa pesquisa. No quinto tópico será externado os resultados da pesquisa-ação e na análise das informações coletadas será tratado a respeito da pesquisa empírica, que resultou na coleta dos dados. Assim como também as ações

desenvolvidas resultante da metodologia e instrumentos. E por fim, nas considerações finais, serão reveladas as conclusões que essa pesquisa obteve e as proposições do que pode ser melhorado, entre a ponte de conhecimento que conseqüentemente irá refletir nas práticas docentes.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE SOCIAL.

A expressão ‘controle social’ tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. (CORREIA, 2009, p. 66). Com o passar do tempo o termo foi difundido e começou a ser utilizado em diversas áreas do conhecimento. Maria Valéria Costa Correia aborda essas diversidades e ressalta o surgimento de um novo conceito.

Para alguns autores da área da ciência política e econômica, o controle social é realizado pelo Estado sobre a sociedade através da implementação de políticas sociais amenizando propensos conflitos sociais, contrastando os efeitos da expansão do capital. O campo das políticas sociais é contraditório, pois, através delas, o Estado controla a sociedade, ao mesmo tempo em que incorpora suas demandas. É neste campo contraditório que nasce um novo conceito de controle social em consonância com a atuação da sociedade civil organizada na gestão das políticas públicas no sentido de controla-las para que atendam as demandas e os interesses da coletividade. É nesta perspectiva que o controle é realizado pela sociedade sobre as ações do Estado. (CORREIA, 2000, p. 11)

O conceito de controle social tratado nesta pesquisa será direcionado para a área da administração pública, de modo a compreender o papel do cidadão diante da administração governamental. O Brasil desde seu fundamento passou por significativas mudanças em diversos âmbitos que oportunizaram seu crescimento. A começar pela transição dos modelos administrativos que trouxeram profundas transformações e reflexões para o Estado. O primeiro modelo a existir no Brasil, foi o patrimonialista que teve início no período colonial e terminando na República Velha. “Patrimonialismo” significa a incapacidade ou a relutância de o príncipe distinguir entre o patrimônio público e seus bens privados. A administração do Estado pré-capitalista era uma administração patrimonialista.” (PEREIRA E SPINK, 2006, p. 26). O modo patrimonialista de governo, tinha como seus representantes a família real, que por sua vez não faziam distinção dos bens públicos e privados. Esse tipo de governo era considerado arbitrário e corrupto por não favorecer a sociedade.

Em oposição ao modelo patrimonialista, na década de 1940, tendo como marco a Revolução Francesa e a intensificação do capitalismo industrial, surge o modelo burocrático. Idalberto Chiavenato define que; “A burocracia é uma forma de organização humana, que se



baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos.” (2011, p. 242). Essa dominação burocrática administrativa surgiu com o objetivo de reestruturar o Estado fragilizado que a administração Patrimonialista deixou, devido as práticas de corrupções. Esse novo modelo pregava a ordem a fim de garantir a máxima eficiência do Estado. Luiz Carlos Bresser ressalta que; “A democracia e a administração pública burocrática emergiram como as principais instituições que visavam a proteger o patrimônio público contra a privatização do Estado.” (PEREIRA E SPINK, 2006, p. 26).

Por maior que foi a contribuição do modelo burocrático para a reformulação do Estado, este também sofreu severas críticas devido a sua essência. Impessoalidade nas relações, procedimentos padronizados, excesso de formalismo e resistência às mudanças, foram algumas das características as disfunções do modelo. Foram significativas em seu surgimento, porém com progresso do Estado passaram a não atender o contexto contemporâneo. Com efervescência do capitalismo, avanços tecnológicos e desenvolvimento econômico, o sistema administrativo e político também precisou ser repensado de modo a atender e se reorganizar diante de novo Estado que se apresenta. Bresser ressalta a existência desse conflito.

Nos países em desenvolvimento – nos quais emergiu, neste século, um Estado desenvolvimentista em substituição ao Estado de Bem-Estar Social – a situação era muito pior: os direitos civis e sociais continuavam quase sempre sem proteção; o nepotismo e a corrupção conviviam com a burocracia, que era beneficiária de privilégios e convivia com o excesso de quadros. (PEREIRA E SPINKER, 2006, p. 27)

Com base nessa perspectiva, surge o modelo gerencial no século XX de modo a se adequar e remodelar o presente. Esse modelo surge na intenção de apresentar uma nova abordagem administrativa em oposição ao modelo burocrático. Apresentando novas ferramentas de gestão baseadas em uma nova metodologia de princípios e governanças visando o progresso do Estado e o bem-estar dos cidadãos. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ressalta que a as transições administrativas permitiram significativas mudanças oportunizando a participação social.

Estamos vivendo um momento de transição de um modelo de administração que foi inicialmente assistencialista e patrimonialista (que mais tarde deu um passo adiante, burocratizando-se, no sentido weberiano da palavra) para um novo modelo, no qual não basta mais a existência de uma burocracia competente na definição dos meios para atingir os fins. Agora, o que se requer é algo muito mais profundo: um aparelho do Estado que, além de eficiente, esteja orientado por valores gerados pela própria sociedade. Um aparelho de Estado capaz de comunicar-se com o público de forma desimpedida. Essa passagem é um dos grandes desafios do mundo contemporâneo. É uma transição à qual todos devemos nos dedicar, a fim de reorganizar o aparelho

de Estado. (PEREIRA E SPINK, 2006, p. 18-19).

O novo modelo gerencial surgiu para reparar os exageros e equilibrar as práticas administrativas oportunizando a organização do Estado. Juntamente com essa nova estrutura surge também o controle social, para inserir o cidadão no processo. “[...] o exercício do controle social precisa ser valorizado pela sociedade e ser objeto de interesse pelos cidadãos. Ambos os requisitos – compreensibilidade e motivação – parecem estar ausentes em boa medida no contexto atual, comprometendo a extensão e efetividade do controle social” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 8).

Controle Social remete ao exercício da cidadania, para a efetividade dessa ação, Paulo Freire conscientiza que é preciso “[...] lembrar que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que a cidadania tem que ver com a condição de cidadão, que quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão. (2001, p. 25). Por ser um termo que ainda está sendo conscientizado pela sociedade ainda não está sendo exercido na sua totalidade. Nesse processo de conhecimento e (re)conhecimento de força, ainda existe uma longa caminhada que só vai ser fortalecida com a prática e a motivação da sociedade.

O PAPEL DOS DOCENTES NA TRANSFORMAÇÃO DO MEIO SOCIAL

A educação tem se tornado pauta recorrente no governo, no meio social, entre pais, docentes e discentes. O fator comum dessa discussão gira em torno de uma educação igualitária, eficiente e de qualidade. Nesse contexto, o papel do professor também é questionado no que diz respeito a sua representatividade e atuação em sala de aulas. Isso se dá, devido à profunda expectativa que a sociedade tem na educação. Maria Silva e Marcus Braga ressaltam que esses questionamentos que se apresentam insatisfatórios ainda se encontram enraizados na própria história, política e educacional do país. Ainda há um caminho que precisa ser construído em relação ao fortalecimento.

No campo educacional, o processo histórico das políticas educacionais conduziu a uma segmentação do controle social, concentrando em um viés fiscalizatório, de tom burocrático. Os fóruns de acompanhamento da gestão, materializados nos Conselhos de Acompanhamento, pouco se comunicam com as instâncias de participação na formulação da política, gerando um distanciamento entre a política educacional e as questões do seu controle e financiamento ao alcance da população. (SILVA E BRAGA, 2010, p. 96)

A Constituição Federal de 1988 trata a educação como um direito social, no capítulo terceiro, no artigo 205 está clara esta garantia: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com base nessa declaração, fica claro que o compromisso da educação não é de responsabilidade somente da escola e professor, mas também do Estado, família e sociedade. Os professores Luiz Dourado e João Ferreira, analisam em seu artigo – A qualidade da educação: perspectiva e desafios, a relevância da educação para a construção do ser humano.

[...] é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. (DOURADO E OLIVEIRA, 2009, p. 202)

Com base no exposto fica evidenciado que a educação é a base que propicia todos os aspectos do conhecimento. O papel do docente nesse contexto é de suma importância, porque é através do seu conhecimento, pedagogia e práticas que será fomentado o saber. No entanto para desenvolver o seu papel, esse profissional precisa se apropriar da sua profissão. A autora Maria Abdalla “[...] aposta na importância do envolvimento do professor com a escola como espaço possível para expressar as suas necessidades e possibilitar a formação/construção de sua identidade profissional.” (ABDALLA, 2006, p. 24).

Esse aspecto de identificação com o meio de atuação é um dos fatores que colaboram para o desenvolvimento pessoal e profissional do professor. Esse vínculo fortalece a sensação de pertencimento e conseqüentemente influência nas práticas. Portanto a escola tem que ser um ambiente favorável a boas condições de trabalho e a gestão tem que ser atuante e trabalhar em conjunto em busca de melhorias e progressos. Maria Abdalla, reforça que “essas representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social mais amplo, como também, direcionar uma ação pedagógico-política de transformação, pois como diria Bakhtin (1995), elas retratam a realidade.” (ABDALLA, 2006, p. 26).

Com base nessas acepções dos teóricos é reforçada a ideia de que o professor é cultivado no seu meio. A realidade e condições existentes interferem muito no seu poder de transformação onde está inserido. Segundo Abdalla a escola é um campo de contexto de formação do professor, por esse motivo tem que estar aberto as possibilidades, caso contrário inibirá a construção, as práticas serão fragmentadas, os professores trabalharão de forma individualizada e a estrutura fragilizará a atuação docente

A escola é uma organização que tende a fortalecer, em seus membros, uma perspectiva *técnico-racional*, na medida em que gera princípios organizativos, relações hierárquicas, e contribui para imprimir, no caso dos professores, maneiras de *ser* e de *estar* na profissão (*habitus*). (ABDALLA, 2006. P. 53)

Esse envolvimento entre escola, professor e gestão incide na sua praticas e

socializações. O seu ambiente de trabalho precisa ser um espaço de construção, onde os docentes possam se reinventar, implantar novas metodologias, expor seus anseios, reivindicar melhorias e propor mudanças. Esse relacionamento tem a ver com o pertencimento. Desse modo a classe docente irá trabalhar pelo seu espaço, de modo coletivo e integrador.

RESISTÊNCIA A MUDANÇA

As mudanças fazem parte de qualquer contexto e pode acontecer decorrente de diversos fatores; por questões legais, mudanças políticas e econômicas, por questões culturais, sociais e também por alguma “pressão” que necessite de uma intervenção de mudança para gerar resultados. Nesse contexto, Silvana Bortolotti *et al*, afirma que a eventualidade da mudança acontece, é decorrente de diversos fatores e visa o alcance de objetivos.

As mudanças acontecem tanto internamente como externamente à organização e vai desde mudanças na tecnologia, implantação de programas de qualidade mudanças na gestão, fusão, alterações nas leis por meio do governo, alterações de máquinas, etc., enfim mudanças que vão exigir adaptações, mudanças de atitude e de comportamentos por parte dos funcionários tanto no chão de fábrica como também por parte dos envolvidos na administração e gestão, ou seja, todos os envolvidos para que os objetivos da mudança sejam atingidos. (BORTOLOTTI *et al*. 2011, p. 2)

A mudança gera certa aflição e desconforto, acontece independente da vontade dos indivíduos e tende a acontecer de forma inesperada. Porém sempre tem um propósito para sua ação, visa uma correção, melhorias e objetivos que se fazem necessária essa adaptação para seu alcance efetivo. Chiavenato ressalta que um processo de mudança tende a causar instabilidade na zona de conforto de uma pessoa, que qualquer alteração no seu ambiente pode soar como ameaça.

Quando surge alguma possibilidade de mudança dentro da organização, essa mudança tende a ser interpretada pelo funcionário como algo que ele desconhece, e, portanto, algo que pode trazer perigo a sua segurança e tranquilidade. Com isso, a mudança passa a ser indesejável para o funcionário. (CHIAVENATO. 2011, p. 253)

Charles Darwin já dizia que; “Não são as espécies mais fortes nem as mais inteligentes que sobrevivem, mas sim aquelas que melhor se adaptar as mudanças”. Com base nessa afirmação de Darwin se compreende que o processo de mudança é adaptativo. O ser humano precisa enfrentar a mudança como um processo novo que ela precisa apreender. Segundo Luiz Carlos dos Santos, “Mudança é a palavra chave nas organizações contemporâneas para a busca de melhorias, contudo, a resistência às mudanças e uma cultura organizacional enraizada torna-se um dos grandes entraves para a atual administração pública (2012, p. 53).

Chiavenato ressalta os desdobramentos que uma mudança pode gerar em uma organização; “Essa resistência a mudança pode ser passiva e quieta, como pode ser ativa e agressiva através de comportamentos de reclamação, tumultos e greves. (2011, p. 253). Por mais que as mudanças sejam temidas pelas pessoas, Santos ressalta que elas são necessárias e promovem mudanças, e que sem elas, provavelmente não teríamos chegado ao Século XXI, com tantos avanços tecnológico e quebras de paradigmas. No entanto ao implanta-las não podemos negligenciar na atenção no processo de mudança, e afirma que:

O sucesso ou fracasso no processo mutacional depende da forma como ela for conduzida. “Nada faz as pessoas resistirem tanto às novas ideias quanto a crença de que elas estão sendo impostas” (OLIVEIRA, 2010, p. 113). Motta (2004) acredita que o pluralismo mostra a complexidade, a confusão e a dificuldade que é lidar com todo esse universo, mas também é a oportunidade de conhecer novas ideias e possibilidades de transformar. (SANTOS, SILVA e MIRANDA. 2012, p. 413)

As causas de resistências são inúmeras e dependem de cada pessoa, de como ela encaram uma mudança. Silvana *et al*, *ressalta* que; “A resistência se manifesta de diversas formas, como: atraso e demora no início do processo de mudança, demora e ineficiência imprevista na etapa de implantação, esforços objetivando sabotar o processo de mudança.” (2011, p. 4). As mudanças tendem a acontecer independente da vontade das pessoas, é necessária essa compreensão. Na contemporaneidade as organizações objetivam as mudanças para se adaptarem à globalização e a competitividade. Diante de uma mudança o que se sobressai e faz a diferença são as atitudes que são tomadas e sim a conduta que é tomada. Reforçando a frase de Darwin, a adaptação será o diferencial no processo.

METODOLOGIA

Donald Cooper e Pamela Schindler definem que “a boa pesquisa segue os padrões do método científico: procedimentos sistemáticos e de base empírica para gerar pesquisas passíveis de reprodução.” (2016, p. 15). Por esse motivo que a escolha do método tem que ser adequada com os objetivos, pois é através da metodologia que se dá a ação que leva a execução em uma pesquisa.

Para desenvolver esse estudo foi realizada uma **Pesquisa-ação**, com o propósito de num primeiro momento fazer um levantamento de dados e posterior a isso realizar uma intervenção na realidade local do objeto de estudo, de modo a propor melhorias com referencia no diagnóstico apresentado.

Ao total foram pesquisados 167 professores neste trabalho, porém, somente 121 participaram dos da aplicação do questionário de pesquisa. Equivalente à 72 % do total de

pesquisados. Para fundamentação teórica, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Foram aplicados questionários de pesquisa em todas as escolas elencadas e o questionário de reação (referente a intervenção), somente quatro foram contempladas com a proposta destinada ao público de docentes. O instrumento do questionário foi escolhido por ser mais adequado e usual entre os instrumentos de técnicas de interrogação. Outra característica relevante é que pode ser respondido sem identificação, garantindo o anonimato, uma vez que as pessoas se sentem mais seguras em colaborar quando as suas identidades não são expostas. As questões foram elaboradas com base no conhecimento obtido através do levantamento bibliográfico e nas percepções. Foram estruturadas em blocos de acordo com a conexão e grau de relevância, contendo questões abertas e fechadas.

A princípio, eram sete escolas que estavam envolvidas para a aplicação dessa pesquisa, porém ocorreram eventualidades de; falta de interesse de algumas escolas e greve das escolas estaduais. Ao final somente quatro escolas contribuíram com a pesquisa. Para o tratamento de dados foi utilizado as informações levantadas através das visitas *in locus*, das percepções etnográficas e também da aplicação do instrumento do questionário de pesquisa. A união de todas essas informações serviu de fundamento para a etapa de análise de dados.

Esta etapa compreende as percepções obtidas através dos instrumentos referenciando com a metodologia. No próximo tópico será discutido o resultado da pesquisa empírica no que tange a análise das informações coletadas e nas ações desenvolvidas.

RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO

Análise das informações

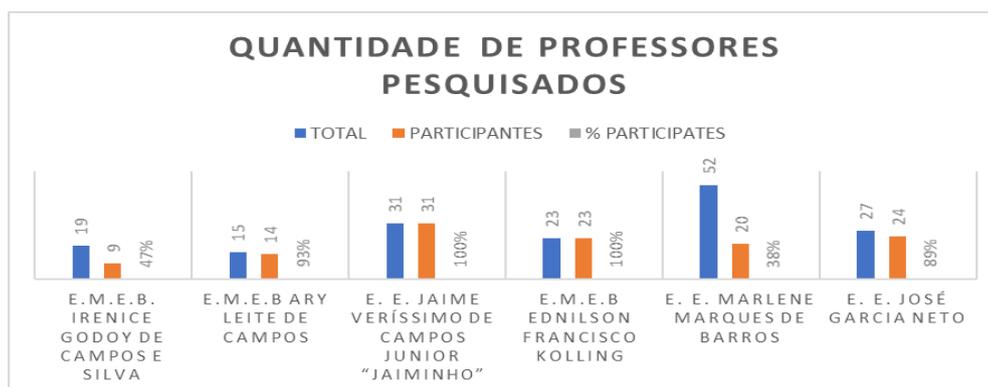
A execução do trabalho observou os passos estabelecidos no cronograma do projeto da pesquisa. A primeira ação desenvolvida foi a visita previa *in locus* a todas as escolas elencadas. Nesse encontro foram observados em todas as visitas; boa receptividade, ambiente amigável e aceitabilidade em participar da pesquisa, tendo em vista que o contato foi realizado diretamente com os diretores e coordenadores pedagógicos de todas as escolas. Porém, em duas destas, apresentou-se certo distanciamento e resistência para a participação na pesquisa. Foi possível a obtenção de informações institucionais, do corpo docente e nesse contato também foram obtidas as percepções etnográficas que se deu através da observação e as percepções pessoais extraídas das conversas com os colaboradores das escolas.

Na primeira visita duas escolas já foram positivas em informar uma data para

aplicação do questionário. Já outras, foram mediante agendamento para a ação. Na aplicação do questionário apenas uma escola declinou. Sendo assim esta ação seguiu com apenas seis escolas.

Nesse processo foram observadas as seguintes situações: reciprocidade e resistência. A maioria dos professores colaboraram em participar, porém teve alguns que foram resistentes em responder, questionando a finalidade da pesquisa e teve aqueles que declinaram em contribuir. Chiavenato (2011, p. 253) reforça que a resistência também se dá pelo desconhecimento. “tende a ser interpretada pelo funcionário como algo que ele desconhece, e, portanto, algo que pode trazer perigo a sua segurança e tranquilidade”.

Os dados coletados através do questionário foram tabulados e sintetizados, detalhados através da técnica de análise de conteúdo. O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de professores por escola e quantos efetivamente colaboraram com a participação na pesquisa, ressaltando que teve uma escola que declinou em colaborar.



Do total de 167 professores, somente 121 colaboraram em participar. Na aplicação do questionário foi perceptível que existiu resistência dos docentes, os que não responderam alegaram falta de tempo e não se mostram simpáticos e receptivos para responder. Nas escolas onde o diretor ou coordenador pedagógico se colocou a frente e posicionou perante os professores, dizendo a esses, ser relevante a participação na pesquisa, foi evidenciado que essas escolas tiveram quase que a totalidade de professores envolvidos e participantes na pesquisa.

O questionário englobaram perguntas elementares para conhecimento do perfil dos docentes; tais como; escola em que atua, sexo, idade, titulação, área de formação, vínculo empregatício e tempo em docência. Dessas perguntas foram identificados que: do quantitativo de participantes 79,2% são mulheres. Quanto a idade, a faixa etária predominante dos

docentes entrevistados estão compreendidas entre 40 a 49 anos com 39,2%. Quanto a titulação, a especialização apresentam o maior índice entre os docentes, com 82,5%, esse índice chama a atenção pela relevância de que a maioria dos professores pesquisados estão na busca de conhecimento não somente para a aprimoração da carreira e também no aumento de nível de conhecimento pessoa. A temática central desse trabalho incide no conhecimento e percepções dos docentes sobre o exercício do controle social. Esse conhecimento adquirido tende a contribuir para uma melhor atuação.

Quanto ao vínculo 55,5% responderam que são comissionados/contratados, enquanto que 44,5% responderam que são concursados. Esses índices chamam atenção, pois o percentual elevado de professores comissionados/contratados pode comprometer o envolvimento prático dos docentes no exercício do controle social. Tendo em vista a limitação do tempo em contrato de trabalho que um professor com prazo determinado teria em relação a um docente com vinculo efetivo.

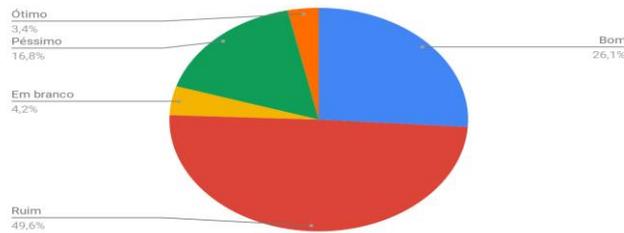


Acerca do conhecimento do controle social, 70,0% dos docentes entrevistados afirmaram saber do que se trata. Porém, nem todos os professores acreditam que a ferramenta implica no fortalecimento da cidadania, 66,7% afirmaram que acreditam, enquanto que 5,0% responderam que não acreditam, 15,8% ficaram em dúvida e 12,5% não responderam. Conforme Conceição (2018, p.8) “[...] o exercício do controle social precisa ser valorizado pela sociedade e ser objeto de interesse pelos cidadãos.

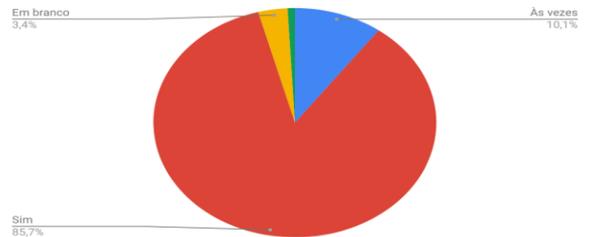
Ambos os requisitos - compreensibilidade e motivação parecem estar ausentes em boa medida do contexto atual. Ou seja, é necessária motivação em relação ao conhecimento do assunto para que este possa ser socializado. Os professores precisam da ajuda de um trabalho integrado para que o assunto seja disseminado na instituição escolar. E para que essa prática ocorra é necessário que todo o contexto envolvido com os discentes participem; Estado, professores, família e comunidade.



Como você vê o conhecimento da sociedade sobre o tema controle social?



Como professor(a), você busca desenvolver em seus alunos o comportamento ativo de cidadania?



A respeito de como os professores avaliam o conhecimento do controle social da sociedade, 26,1% avaliaram ser bom, enquanto que 49,6% consideraram ruim. Essa afirmação negativa contemplou quase que a metade dos docentes. Evidenciando que a resposta reflete uma auto-análise, pois ao perguntar; como os professores enxergam o conhecimento da sociedade sobre o tema controle social, ele se coloca subjetivamente incluído nessa pergunta, pois ele também faz parte da sociedade.

Com relação ao externar esse conhecimento aos alunos com o objetivo de fortalecer a cidadania, 87,7% dos professores informaram que buscam desenvolver em seus alunos o comportamento ativo da cidadania. Esse índice vai de encontro com a teoria discutida nesta pesquisa, “[...] é fundamental ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas.” (DOURADO E OLIVEIRA. 2009, p 202). Maria Abdalla (2006, p.24) é a favor de fomentar o saber e “aposta na importância do envolvimento do professor com a escola como espaço possível para expressar as suas necessidades e possibilitar a formação/construção de sua identidade profissional”. O conhecimento começa na base e é cultivado pela vida toda. A missão do professor como agente de transformação é se apropriar dos conhecimentos relevantes e significativos e desenvolver nos seus alunos. O exercício da cidadania é mais que um direito, é um dever social. E precisa ser usado com toda a sua potencialidade e coerência. Os professores tem o papel de motivar e instruir na busca pelo conhecimento e direitos. A seguir versaremos sobre a escolha da intervenção que se julgou mais apropriado para a ação da intervenção.

Ações desenvolvidas

A união de todas as informações coletadas resultou na escolha do produto que seria desenvolvido na intervenção. Abaixo segue o quadro com as informações das escolas que participaram das intervenções, da temática abordada, data e horário das realizações.



CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS NAS ESCOLAS					
ESCOLAS	INTERVENÇÕES	PALESTRANTE	TEMA	DATA	HORARIO
E.M.E.B. ARY LEITE DE CAMPOS	1ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	27/06/2019	17:30 às 19:00
	1ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	19/09/2019	17:30 às 19:00
E.M.E.B. PROFª IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA	3ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	26/09/2019	17:30 às 19:00
	2ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	10/10/2019	17:30 às 19:00
E.E. GOVERNADOR JOSÉ GARCIA NETO	4ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	28/09/2019	09:00 às 11:30
	3ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	19/10/2019	09:00 às 10:45
E.E. JAIME VERISSÍMO DE CAMPOS JÚNIOR	2ª Intervenção	Luiz Carlos dos Santos	“Tudo na vida é uma questão de Marketing e de Competências”	03/09/2019	17:30 às 19:00
	4ª Intervenção	Karen e Samira	“Controle Social e Participação Docente”	30/10/2019	17:30 às 19:00
E.E. MARLENE MARQUES DE BARROS	Não houve Intervenção	-----	-----	-----	-----
E.M.E.B. EDNILSON FRANCISCO KOLLING	Não houve Intervenção	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaborado por Karen e Samira

O produto escolhido para o propósito da intervenção foram duas palestras. Por ser mais adequada e viável para intervenção. Na intenção de fazer uma relação com a pesquisa teórica e dados coletados, e então direcionar uma abordagem que pudesse contribuir com a realidade dos professores elencados nesta pesquisa.

Para ambas palestras foram desenvolvidos materiais de suporte para a ação, tais como; conteúdo para ser exibido em data show e para a palestra sobre para temática do controle social foi elaborada uma cartilha sobre o assunto com o conteúdo que norteou essa pesquisa. Foram distribuídas aos professores e colaboradores da gestão escolar que participaram da intervenção.

A primeira palestra, trouxe a temática – “Tudo na vida é uma questão de marketing e competências”, foi realizada com o objetivo preparatório, com o propósito de trabalhar o profissional (professor) afim de contribuir com estratégias de marketing para o ambiente de trabalho, inovação, criatividade e também para inibir à resistência às mudanças. Já a segunda palestra de conhecimento abordou o tema – “Controle social e participação docente”, este assunto foi específico para conhecimento da temática central desse artigo. Com o propósito de permitir agregar aos professores conhecimento sobre o instrumento do controle social.

Nesse processo ocorreram algumas eventualidades que fragilizaram o quantitativo do objeto de estudo em questão; pretendíamos realizar a intervenção nas seis escolas, porém as escolas estaduais sofreram greve escolar, devido as reivindicações docentes por melhorias da classe. Isso refletiu na adequação do calendário escolar para o processo de reposição de aulas, sendo assim justificaram não terem disponibilidade para a palestra. Já outras escolas, não

atenderam a solicitação de agendamento, talvez por não terem interesse. Apenas quatro escolas foram receptivas ao agendamento e demonstraram interesse de disponibilidade para a proposta de intervenção. Sendo duas Estaduais e duas Municipais.

Nas quatro escolas foram realizadas as duas palestras. Ambas aconteceram mediante agendamento para se adequarem de acordo com a disponibilidade da escola. Pode -se observar que houve participação da totalidade dos professores, direção e professores, demonstrando bem receptivos ao conhecimento e interagiram com o palestrante em alguns pontos.

A segunda palestra de conhecimento sobre – Controle Social e Participação Docente e a relevância dessa atuação para a sociedade e o meio educacional. O material preparado, tanto a cartilha, quanto os slides, estavam direcionados em: trazer o conceito da temática, mostrar as formas de participação na sociedade, explicar sobre como esse instrumento incide na área da educação e por fim trazer um estudo de caso que abordasse sobre a prática.

Na primeira etapa da intervenção, os agendamentos ocorreram de forma bem receptiva, demonstrando aceitabilidade para o evento com boa reciprocidade com a temática, contribuindo e interagindo com a palestra. Na segunda, houve certa dificuldade para agendar horário em duas escolas, devido a disponibilidade de professores e reposição de aulas por conta da greve, levando a uma queda na participação em relação a primeira intervenção, porém com boa reciprocidade e interação. Na abordagem do assunto; controle social, houve muito interesse da parte dos professores, alguns contribuíram com a pesquisa a demonstrar conhecimento e também revelando como que participam na prática. Informaram ainda, que atuam em projetos sociais e em conselhos. Essa contribuição foi bem valiosa, porque foi evidenciado que na prática o exercício do controle social está acontecendo, mesmo que com certa deficiência. Correia (2000, p. 11) afirma que; “é nesta perspectiva que o controle é realizado pela sociedade sobre as ações do Estado”. A atuação pode acontecer em qualquer grupo de representatividade que busque por causas coletivas e que favoreça a sociedade.

Foi analisado nas palestras que o conhecimento da temática não incide somente em agregar conhecimento e sim também de fortalecer a integração e a valorização da classe docente. Que diante do contexto atual, precisa ser reconhecida e valorizada.

Enfim, ambas as palestras receberam resultados construtivos, houve interesse e curiosidade de alguns professores em saber mais sobre o andamento da pesquisa, quando seria finalizada. Fato este que demonstrou reciprocidade com o processo da pesquisa.

Para avaliar as palestras, além das contribuições aos finais da ação, também foram

entregues aos professores um questionário de reação para avaliação da intervenção. O instrumento de reação abordaram questões referente a discussão das palestras e também sobre a avaliação da intervenção. Observou-se que essa ação de intervenção apresentou resultado positivo, o conteúdo abordado e a motivação para o exercício do controle social no meio educacional, entre gestão, alunos e professores. Porém podendo ser melhorado em alguns aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos com as percepções e informações levantadas pelo questionário de pesquisa e a palestra de intervenção, foi possível extrair alguns indicadores revelando a seguinte análise. Com relação a resistência a mudança e conformismo com a zona de conforto, levando em declínio, não participando de nenhuma ação, em outros casos deixaram de participar da etapa da intervenção, acredita-se por desinteresse ou por eventualidades internas.

Quanto ao conhecimento “controle social”, embora esse conceito já exista há algum tempo e já tenha perpassado por diversas áreas de conhecimento, essa ferramenta como instrumento de fortalecimento da cidadania, ainda é novo na prática. Está em processo de cultivo pela sociedade, assim como, também para o público estudado nesse trabalho. A percepção foi que esse conhecimento ainda está sendo conscientizado. Na palestra de intervenção foi possível discutir essa inserção. Na tabulação do questionário foi percebido que uma pequena parcela mostra desinteresse pelo assunto, nas percepções etnográficas foi evidenciado que alguns levam esse conhecimento para crivo político. Mas o que é mais relevante para a pesquisa é que a maioria dos participantes reconhecem a importância desse instrumento e a sua aplicabilidade.

Outra percepção interessante é que vários professores informaram algum tipo de atuação, seja em conselhos ou projetos. Isso demonstra o interesse pelo bem coletivo, mesmo que seja em prol da classe de docentes. O controle social está na representatividade em grupos.

As proposições que podem ser feitas a respeito de fortalecer o conhecimento e que podem ser socializadas com a aplicação dessa pesquisa é o processo de formação continuada, que podem ser fortalecidos nas escolas, professores precisam estar sempre em contato com o conhecimento para dar suporte e integrar suas práticas. A gestão escolar deve trabalhar em conjunto com os docentes, não podem ser essencialmente administrativos e pedagógicos, por

mais que os trabalhos se diferem, não pode trabalhar em grupos distintos, tem que estarem em cumplicidade com o comprometimento e aprendizagem de forma holística. A estrutura escolar precisa ser reconhecida como um ambiente de contexto de produção onde o professor aprende e ensina. A socialização do conhecimento tem que acontecer. Para que este seja incorporado, o professor precisa se sentir à vontade no seu ambiente profissional. O envolvimento do docente e a construção de conhecimento está ligado à instituição e no envolvimento da gestão escolar na participação dos processos pedagógicos.

Este trabalho evidenciou que a semente tem que ser plantada na base e cultivada constantemente para que o futuro tenha cidadãos comprometidos com as causas sociais. Ficando evidente a necessidade de incluir nas grades curriculares, conteúdos que abordem o instrumento do controle social, para o fortalecimento das práticas sociais.

Algumas eventualidades fragilizaram o processo, além da greve escolares que comprometeram o cronograma e levaram declínio de algumas escolas. A respeito do questionário de pesquisa, não foi feito um pré-teste do instrumento antes da aplicação aos professores. Essa medida seria uma ação "corretiva" para evitar falhas, aprofundar mais no conteúdo e até mesmo de evitar resultados que não contribuíssem com a pesquisa.

A fim de fortalecer as práticas sociais com o exercício do controle social é necessária trabalhar o profissional no intuito dele incorporar essa atuação. Antes da sociedade, a escola tem que representar seu ambiente de familiaridade e identificação. Esse contexto só poderá ser criado se houver uma integração e cumplicidade de todos os envolvidos nessa estrutura; gestão, docentes, discente e comunidade. O docente trabalha com contexto de produção e necessita da identificação com o meio para o desenvolvimento pessoal e profissional. Essa relação fortalece a condição de pertencimento e influência nas práticas.

O resultado dessa pesquisa pode direcionar estudos posteriores sobre como fortalecer a atuação pedagógica através do meio, a fim de criar condições eficazes para melhoria do trabalho. Esse caminho a ser descoberto aponta por análises que perpassam por diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **O senso prático de ser e estar na profissão**. São Paulo: Cortez, 2006.

BORTOLOTTI, Silvana Ligia Vicenzi *et al.* Resistencia à mudança organizacional: avaliação de atitudes e reações em grupo de indivíduos. In: VIII SIMPOSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO TECNOLOGIA. VIII SEGeT. 2011. Disponível em:

<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/16914129.pdf>> Acesso em: 7 nov. 2019.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Dicionário da educação profissional em saúde. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/consoc.html>> Acesso em: 20 out. 2019.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: AMGH, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cedes Unicamp**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v 23)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas 2016.

MARQUES, Neiva de Araújo *et al.* **Curso de extensão cidadania e controle social: Tribunal de Contas**. 4 ed. Mato Grosso: PubliContas, 2019.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; PEREIRA, José Matias. Controle social no Brasil: Confrontando a teoria, o discurso oficial e a legislação com a prática. **Revista do TCU** 98. p. 63-72, out/dez. 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Luiz Carlos, SILVA, Marcilene, MIRANDA, Pâmela Rodrigues. Consentimento e resistência à mudança organizacional no setor público. **Redm -Revista Eletrônica Documento/Monumento**, Cuiabá, v.14. n. 1, p. 402-423. Jul. p. 402-423. 2015. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-14.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas públicas e desenvolvimento local** – instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 3ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SILVA, Maria Abádia da. BRAGA; Marcus Vinicius de Azevedo. Jornal de Políticas Educacionais. Nº 8. **Controle social em educação básica pública**. Julho-Dezembro de 2010. P 91-97.